



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010544-08.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **JENNIFER DE SOUZA MESSIAS**
 Requerido: **BRENDA ARTE VISUAL FOTOGRAFICA LTDA ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido os serviços da ré para confecção de fotografias de sua filha, cujos pagamentos seriam implementados em parcelas.

Alegou ainda que posteriormente comunicou à ré a desistência do negócio, nos termos do art. 49 do Código de Defesa do Consumidor, mas a ré se negou a rescindir o contrato sob alegação de que o prazo de setes dias para tanto já havia se expirado.

Em contestação a ré especificou que a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

manifestação da autora para desistência do negócio se deu somente após o nono dia da data da assinatura do contrato, especificando que o mesmo foi firmado dia 20/10/2017 e somente a autora manifestou seu desejo de desistência no dia 29/10/2017.

Juntou ainda a fl. 31 o contrato que formalizou com a autora para prestação dos serviços de fotografia.

Reputo que a conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular.

Como visto o réu comprovou a relação contratual que rendeu legitimidades ao contrato discutido.

Nem mesmo a aplicação ao caso do art. 6º, inc. VIII, do CDC, favoreceria à autora, pois houve suficiente comprovação de que réu tinha respaldo do contrato firmado entre as partes.

Observe-se que nada milita em favor da autora, tendo em vista que no contrato formalizado não há qualquer rasura quanto a data da assinatura e inclusive há especificação das datas dos pagamentos das parcelas.

Há julgados nesse sentido:

*CIVIL E CONSUMIDOR. CONTRATO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FOTOGRAFIAS. FORMATURA. COMPRA EM DOMICÍLIO. ARREPENDIMENTO DO CONSUMIDOR. MITIGAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 49 DO CDC. AUSÊNCIA DE MOTIVO JUSTIFICÁVEL. CONSUMIDORA DE POSSE DO MATERIAL FOTOGRÁFICO. SENTENÇA MANTIDA. 1 O direito de arrependimento, previsto no artigo 49 do [Código de Defesa do Consumidor](#), tem por escopo proteger o consumidor que, perturbado em sua casa, não teve o necessário tempo para refletir, de maneira calma e ponderada, acerca da aquisição do produto. 2 No caso dos autos, o contrato foi realizado em domicílio para facilidade da consumidora, que agendou a data de acordo com sua disponibilidade e, atestando a qualidade dos serviços prestados, inclusive solicitou serviços fotográficos adicionais, tendo ficado de posse do material fornecido. 3 Diante das peculiaridades do caso concreto, tendo em vista que a consumidora não manifestou qualquer insatisfação com o produto adquirido ou apontou defeito ou vício de qualidade, nem mesmo alegou prática abusiva de persuasão por parte da Apelada, não se aplica ao caso em exame a proteção especial concedida pelo artigo 49 do [CDC](#). Apelação Cível desprovida. **Acórdão CONHECER. NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.** Processo APC 20120810080124 - Órgão Julgador - 5ª Turma Cível - Publicação - Publicado no DJE : 08/07/2015 . Pág.: 267 - Julgamento - 1 de Julho de 2015 - Relator ANGELO CANDUCCI PASSARELI - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJ-DF - Apelação Cível: APC 20120810080124*

O quadro delineado, evidencia que a autora não demonstrou minimamente os fatos constitutivos de seu direito, de sorte que a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

improcedência da ação transparece de rigor, significa dizer, em outras palavras, que a autora não produziu provas suficientes a demonstrar que os fatos se passaram na forma descrita no pedido inicial.

A alegação que o contrato foi assinado dia 29/10/2017 mas datado de 20/10/2017, não foi suficiente demonstrada pela autora, o que seria de rigor para acolhimento de sua pretensão.

Acolhe-se, conseqüentemente, o pedido contraposto formulado pela ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar a autora a pagar à ré a quantia de R\$ 1.240,00, acrescida de correção monetária, e juros de mora, contados a partir do ajuizamento do pedido contraposto (novembro de 2017).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**